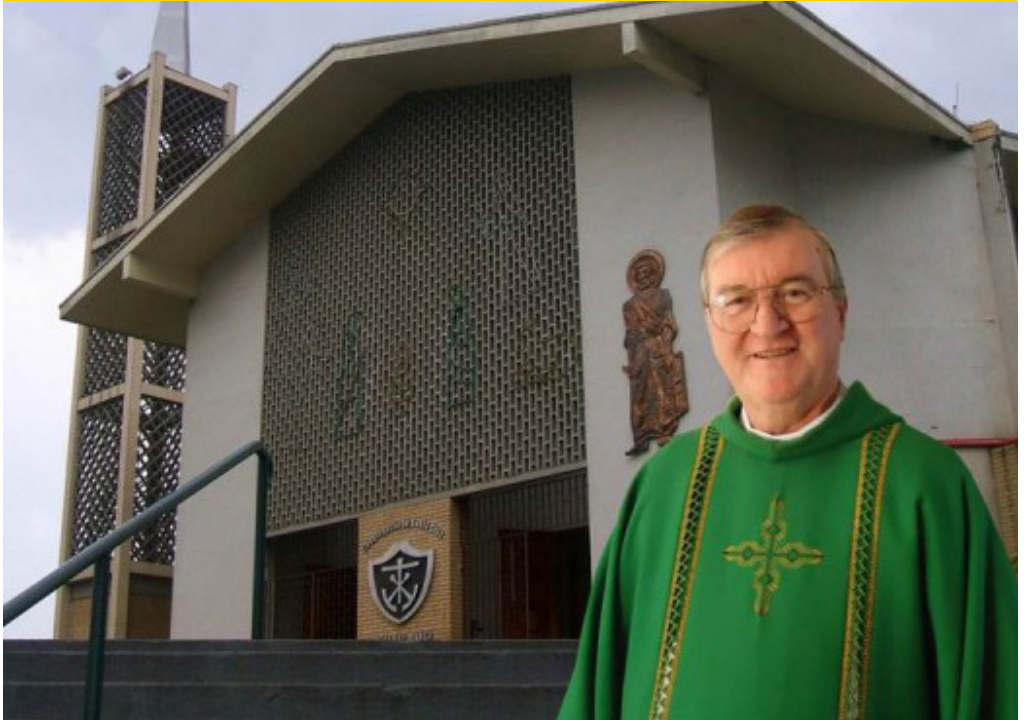




Colégio Santa Cruz



PADRE ROBERTO

FERMENTO NA MASSA

Publicação comemorativa dos 64 anos de Colégio Santa Cruz. A reportagem “Padre Roberto: fermento na massa” é parte de uma série mais abrangente, “Santa Cruz de perfil” (de retratos diversos, com padres, educadores e funcionários da escola), encomendada ao jornalista Camilo Vannuchi (ex-aluno da turma de 1996), que se propõe reunir e recuperar a história do Colégio.

Setembro de 2016

PADRE ROBERTO

FERMENTO NA MASSA

Ao chegar a São Paulo, em 1968, Roberto Grandmaison foi morar no Jaguaré, bairro na periferia onde pôde se dedicar ao trabalho pastoral junto aos mais pobres. Ordenado em 1971, construiu uma trajetória na defesa dos direitos humanos e criou um programa educacional pioneiro, que atende hoje 800 crianças e adolescentes. Há 30 anos, sua sensibilidade serve de farol para a ação social do Colégio.

Por Camilo Vannuchi

- Tô procurando o Padre Roberto.
- Não está na paróquia?
- Não.
- Viu no CCA?
- Não passou por lá ainda hoje.
- Tentou no Bom Jesus? Em Santa Luzia? Na Praça Onze?
- Esteve em Santa Luzia logo cedo, mas já saiu de lá.
- E na obra do CIE?
- Nada.
- Você ligou pro colégio?
- Nem notícia.
- Deve ter ido comprar alguma coisa para as creches...

Padre Roberto está em toda parte. Sua rotina é cheia de sobes e desces, idas e vindas, aqui e acolá. Nunca para, embora raramente saia de casa.

O que Padre Roberto chama de casa é, quase sempre, o Jaguaré, distrito localizado entre o Rio Pinheiros, a Cidade Universitária e a divisa com Osasco, na Zona Oeste de São Paulo.

Faz quase 50 anos que o Jaguaré virou sua “casa”, que ele considera um “microcosmo do Brasil” por agregar residências, fábricas, comércio, favelas, cortiços... E ainda é, embora Padre Roberto tenha se mudado de lá às vésperas do Natal de 2013. “Tive um piripaque”, ele diz, com um persistente sotaque canadense, sorrindo como quem se diverte com as gírias usadas no Brasil.

Depois de três dias com uma inconveniente dor de estômago, Padre Roberto acusou o golpe e pediu que o levassem ao hospital. Era um domingo, e o vigário do Jaguaré jantava na casa de um casal de amigos após celebrar quatro missas e fazer uma reunião. Foi parar na UTI. “Colocaram dois stents no dia seguinte”, diz, mencionando o procedimento de urgência que evitou um infarto e lhe devolveu a fluidez à circulação sanguínea. Ao sair do hospital, Padre Roberto deslizava numa cadeira de rodas. Foi logo convencido a transferir suas coisas — ele chama de “tralhas” — para a casa dos padres, imóvel mantido pelo Colégio Santa Cruz a 100 metros do campus, no Alto de Pinheiros. “Lá tem elevador”.

Quando o elevador tornou-se desnecessário, Padre Roberto e seus dois stents optaram por permanecer na casa. Tanto melhor. Ali, o septuagenário Padre Roberto faz companhia ao octogenário Padre José de Almeida Prado. E vice-versa. Na prática, no entanto, é no Jaguaré que ele passa a maior parte do tempo. Saracoteia para cima e para baixo, riscando as vielas, entrando e saindo da favela Vila Nova, reconhecido nas ruas, requisitado. Um problema aqui, uma solução logo adiante. Se falta água ou luz, reclamam para o Padre Roberto. Se precisam de ajuda para consertar uma calçada, Padre Roberto é “o canal”. Dependendo do serviço, ele consegue uns blocos, um saco de areia, um galão de tinta. Se não resolve o problema, sabe quem pode resolver. Basta um telefonema.

Padre Roberto é tão conhecido no pedaço, e tão querido, que certa vez deram de roubar seu carro e foi aquele fuzuê, o maior deus-nos-acuda. A rádio-peão logo espalhou a notícia. A primeira unanimidade no bairro foi atribuir o roubo a algum forasteiro incauto. Onde já se viu bulir com o carro do padre? Instalou-se rapidamente um comitê informal de investigação e o veículo reapareceu no dia seguinte. Com um pedido de desculpas. Padre Roberto voltou a correr, pra cima e pra baixo, entre um compromisso e outro.

“Cuidado que o padre te mata!”, brinca um rapaz, puxando o amigo para a calçada enquanto a picape do padre escala a ladeira, em disparada. A caçamba às vezes leva alimentos, produtos de limpeza, material de construção, papelada de escritório. Padre Roberto não descuida da logística. Sua improvisação é organizada, ele diz. Sem isso, não conseguiria dar conta de todas as tarefas. Ainda mais agora, que resolveu transformar sua antiga casa, no Jaguaré, num Centro de Inclusão Educacional (CIE) com fisioterapia e outros programas terapêuticos. Por melhores que sejam o engenheiro técnico e o chefe de obra, Padre Roberto não passa um dia sem visitar o canteiro e orientar a reforma. E trazer algum material que ficou faltando. De lá, corre para o colégio, ou para uma das creches que sua organização administra, sempre com olhar de zelador. Estão precisando de algo?

Padre Roberto preside o Centro de Ação Sócio-Educativa (CASE). Ele também é o coordenador do Programa Jaguaré Caminhos, nome recente do antigo Projeto Social Santa Cruz, fundado em 1987 para a promoção humana dos moradores do distrito. Em razão do cargo, o vigário do Jaguaré é também responsável por conduzir dois Centros de Educação Infantil (CEI), dois Centros da Criança e do Adolescente (CCA), um Centro de Inclusão Educacional (CIE) e um Centro Cultural e Profissionalizante (CCP). Juntas, as seis unidades, todas conveniadas com a Prefeitura Municipal de São Paulo, preservam o foco na educação e atendem cerca de 800 crianças, adolescentes e jovens, a maioria moradora da favela Vila Nova Jaguaré, com 12 mil habitantes.

O programa é amplo e diversificado. Cerca de 270 crianças de zero a 4 anos frequentam as duas creches, ou CEIs, pelas quais já passaram em

torno de 7 mil meninos e meninas desde 1989. Nos dois endereços do CCA, 250 crianças e adolescentes de 6 a 15 anos almoçam, lancham, têm aulas de música e dança, atividades esportivas e recreativas, oficinas de artesanato e reforço escolar, sempre no contraturno da educação formal — ou seja, no período em que não estão na escola. No CIE, 70 crianças e adolescentes com deficiências (físicas, mentais e intelectuais) participam de atividades terapêuticas, de saúde e socialização. A meta é superar obstáculos ao desenvolvimento de modo a prevenir a evasão escolar. Já o CCP foi fundado para colaborar na formação profissional e cultural de jovens e adultos, estimulando a sociabilidade e a inserção no mercado de trabalho.

“Padre Roberto é fundador de um tipo *sui generis* de escola, que tem quase 100 funcionários e beneficia perto de mil pessoas no Jaguaré”, diz Padre José de Almeida Prado, 85 anos. “O problema é que ele não para nem para se alimentar”, alerta, zeloso pela saúde do amigo. “Ele vive trocando as refeições por lanche, principalmente por cereais”, denuncia. Padre Roberto enrubescer e diz que não é bem assim, embora admita o vício em granola e sucrilhos. Aponta a própria barriga, como se buscasse comprovar que restrição alimentar nunca foi um problema em sua vida. Padre José insiste: “Pelo menos ele almoça nas creches. Come-se bem nas unidades do Programa Jaguaré Caminhos.”

Não há na vizinhança quem não reconheça a qualidade dos serviços prestados pelo Programa Jaguaré Caminhos ao longo dos últimos 30 anos. O que nem todos conseguem entender é que Padre Roberto, 73 anos, aprendeu a retirar da própria atividade os nutrientes de que precisa para seguir em frente. Seu alimento é o trabalho pastoral. Sua fome é rapidamente convertida em mais ação. Em 2012, adicionou mais uma responsabilidade às já intensas funções de vigário do Jaguaré — atividade que exerce pela terceira vez, totalizando 25 anos no cargo — e coordenador do trabalho social: entrou para o Conselho Administrativo do Colégio Santa Cruz a convite do diretor-geral, Fabio Aidar. Fosse um religioso contemplativo, com voto de clausura, talvez Padre Roberto definhasse. Há quem diga que sua fortuna é a agenda cheia. “Não sou padre de sacristia”, resume. “Nunca

fui nem quero ser. Quero ser um padre para fora.” É exatamente o que Padre Roberto tem sido, desde o dia em que fez as malas e deixou Montreal rumo ao Brasil, em agosto de 1968, acompanhado de Laurent Roberge, o Padre Lourenço.

Opção pelos pobres

Padre Roberto não era Padre nem Roberto quando desembarcou no Brasil, no dia 9 de agosto de 1968. A transformação não demoraria a acontecer. Aos 26 anos, Robert Grandmaison precisou de apenas uma semana para adaptar seu nome à grafia e à entonação brasileiras. O título de padre viria três anos depois. Roberto ordenou-se em 1971, durante uma viagem ao Canadá.

O momento era de inquietação na política e de firmes mudanças na Igreja. Roberto chegou ao Brasil acompanhado de Laurent Roberge, o Padre Lourenço, seu colega de congregação. Três semanas após o desembarque, começou em Medellín, na Colômbia, a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, denunciando a escalada da desigualdade econômica e o clima de polarização política. A exclusão social ocupava o topo do ranking das preocupações que deveriam nortear a ação dos católicos na década seguinte. Sob o comando do Papa Paulo VI, a Igreja escancarava o compromisso com a “opção pelos pobres”, conforme expressão consolidada no Concílio Ecumênico Vaticano II, em 1965.

No documento final, produzido na Conferência de Medellín e divulgado em setembro de 1968, a imagem bíblica do fermento era usada em referência ao papel a ser desempenhado pelos religiosos. Numa das menções, o foco é a atividade dos leigos: “Por meio de diversas formas de presença em pequenas comunidades que vivem do próprio trabalho, os religiosos leigos serão o ‘fermento na massa’.” Mais adiante, o fermento ajuda a explicar a emergência das Comunidades Eclesiais de Base, modelo de atuação católica que se disseminou nos anos seguintes e garantiu maior

alcance à mensagem evangelizadora. Tanto Padre José quanto Padre Roberto assumiriam comunidades eclesiais de base no início da década de 1980. “A vivência da comunhão a que foi chamado, o cristão deve encontrá-la na ‘comunidade de base’: ou seja, em uma comunidade local ou ambiental, que corresponda à realidade de um grupo homogêneo e que tenha uma dimensão tal que permita a convivência pessoal fraterna entre seus membros”, diz o texto de Medellín. “O esforço pastoral da Igreja deve estar orientado à transformação dessas comunidades em ‘família de Deus’, começando por tornar-se presente nelas, como fermento, por meio de um núcleo, mesmo pequeno, que constitua uma comunidade de fé, esperança e caridade.”

Padre Roberto iniciou sua atividade pastoral imbuído desses princípios. Veio ser fermento na massa. No Jaguaré e no Santa Cruz.

Instalar-se na paróquia São José do Jaguaré foi, para ele, não apenas uma imposição natural, uma vez que era ali a sede da congregação de Santa Cruz no Brasil, mas também um imperativo ético, coerente com Medellín e Vaticano II.

Antes de se instalar definitivamente no Jaguaré, no entanto, foi preciso convencer Padre Lionel Corbeil, Superior da Congregação no Brasil e diretor geral do Colégio Santa Cruz desde sua fundação, em 1952. Padre Corbeil insistia para que Roberto fosse morar e trabalhar no colégio. Naquela época, havia dentro do campus um sobrado que servia de residência para alguns padres de Santa Cruz. Apenas no final dos anos 1990 a residência do Alto de Pinheiros seria desativada para a construção, no mesmo local, do prédio da Educação Infantil.

Padre Roberto chegou a passar algumas noites ali, em dezembro de 1968, ao voltar às pressas de um curso em Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro. Previsto para durar três meses, entre o final de setembro e o Natal, o curso fora interrompido bruscamente dez dias antes — e os alunos, encorajados a deixar o local imediatamente. Era 13 de dezembro de 1968, e o então presidente da República, General Artur da Costa e Silva, acabara de decretar o Ato Institucional número 5, deflagrando o “golpe dentro do golpe”.

Temporada abreviada

— É melhor vocês irem embora.

— Ir embora? Mas assim, de repente?

— É mais prudente. As informações que chegam não deixam dúvida de que as coisas complicaram. Vocês podem não estar seguros aqui.

— Tudo bem. Amanhã a gente...

— Agora! Vocês devem deixar Petrópolis agora!

Roberto Grandmaison e Padre Lourenço foram pegos de surpresa. Os dois haviam chegado ao Brasil em agosto, no mesmo voo, e, desde o final daquele mês, passavam uma temporada no Centro de Formação Intercultural, o Cenfi.

Organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Cenfi tinha como proposta auxiliar na adaptação dos religiosos estrangeiros à realidade brasileira. As turmas eram formadas por missionários de diversos países. No programa, aulas de português e introdução à cultura nacional. Em pouco mais de um mês, Roberto e Lourenço assistiram a uma partida de futebol no Mineirão, em Belo Horizonte, visitaram uma favela no Rio de Janeiro e conheceram a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda.

Antes mesmo de deixar o Canadá, o jovem Robert começara a se embrenhar nos assuntos do Brasil. Em Montreal, meses antes de sua viagem, esteve num congresso sobre Igreja e relações internacionais e conheceu dois brasileiros admiráveis — extraordinários, segundo ele. Um deles era Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, que logo se destacaria em âmbito internacional por denunciar as violações aos direitos humanos cometidas pelo regime militar. O outro era Josué de Castro, geógrafo e médico pernambucano, especialista em segurança alimentar e combate à fome, indicado três vezes ao Prêmio Nobel da Paz e autor dos livros “Geografia da fome” e “Geopolítica da fome”.

Roberto e Lourenço já tinham alguma noção do que a ditadura representava quando desembarcaram no Brasil. Em visita a São Paulo,

em outubro, Roberto pôde conversar demoradamente com padres ligados à Juventude Operária Católica, a JOC. Em poucas semanas, a dupla começava a decifrar a conjuntura nacional. Apenas os rudimentos, é claro, porque entender a fundo a complexidade de 1968 era tarefa para especialista.

Estavam nesse processo quando o Ato Institucional número 5 foi baixado, em 13 de dezembro. O AI-5 permitia ao presidente fechar o Congresso Nacional e as câmaras legislativas locais. Fazia recrudescer a censura, extinguiu o *habeas corpus* e dava poderes extraordinários ao presidente da República, como o de suspender ou cassar os direitos políticos de qualquer cidadão. Imediatamente, o Cenfi deixou de ser um lugar seguro. Havia indícios de que o Cenfi era um dos locais visados pelos serviços de informação, o que poderia pôr em risco a segurança dos estrangeiros matriculados.

Junto com Padre Lourenço, Padre Roberto pegou o ônibus para São Paulo. Foram bater na porta de Padre Corbeil, no Colégio Santa Cruz. Eram férias, e nada acontecia no *campus*. Tampouco os dois religiosos tinham o que fazer naquele momento, enviados a São Paulo dias antes da data prevista. Começava ali, na manhã chuvosa de 14 de dezembro, um dia depois do AI-5, a trajetória de dois padres que muito contribuiriam, cada um à sua maneira, para que a história do Santa Cruz fosse edificada sobre as bases robustas da ética e da cidadania.

Os dias transcorreram muito bem no colégio. A residência dos padres era confortável, o campus era lindo, as companhias eram agradáveis. Padre Corbeil era um anfitrião hospitaleiro. Mas, até o início do ano seguinte, o jovem padre não disfarçava certo incômodo por estar ali. Não era aquela a vida que ele tinha em mente ao deixar Montreal, meses antes. Sua vocação era chegar mais perto dos operários, das comunidades de baixa renda. As recomendações feitas em Medellín não saíam de sua cabeça.

Três anos após o término do Concílio Vaticano II, que definiu a necessidade de a Igreja desempenhar um papel mais participativo na sociedade, com foco nos problemas sociais e econômicos, na superação

da desigualdade e na proteção aos marginalizados, e um ano e meio após a publicação da Encíclica *Populorum Progressio*, em que o Papa Paulo VI denunciava o agravamento da distância entre países ricos e pobres e tecia críticas ao “liberalismo sem freios” e ao novo “imperialismo”, Padre Roberto sabia que seu destino era a igreja do povo, o trabalho social junto aos excluídos.

Se fosse designado para permanecer no colégio, Roberto certamente o faria, com disciplina e devoção. Mas ele sabia, e Padre Corbeil logo percebeu, que poderia render muito mais em outro lugar.

Em janeiro de 1969, Padre Roberto mudou-se para o Jaguaré.

O bairro

O Jaguaré era um distrito em rápido desenvolvimento. Surgira em 1935, como um bairro planejado, na prancheta do engenheiro Henrique Dumont Villares, proprietário da Sociedade Imobiliária Jaguaré, por meio da qual havia comprado da Companhia Suburbana Paulista uma gleba de 400 hectares (4 quilômetros quadrados) e procedera com o loteamento.

O mapa da incorporação revelava o interesse estratégico de combinar uso residencial e industrial. No miolo do bairro, próximo a seu ponto mais alto, na confluência do que hoje são a Avenida Presidente Altino e a Avenida Bolonha, estaria concentrado o comércio local. Ao redor desse centro seriam dispostas as quadras residenciais, seguindo o padrão radial de ruas curvilíneas também adotado pela Companhia City nos Jardins. Mais embaixo, nas áreas planas que ladeavam a Avenida Jaguaré, a Avenida Presidente Altino e a Estrada de Itu (atual Avenida Corifeu de Azevedo Marques), ficariam as indústrias. Um levantamento feito nos primeiros anos da década de 1970 revelou a existência de 125 fábricas em atividade na região. Moinho Anaconda, Moinho Água Branca, Cervejaria Antártica, Sanbra, Colgate, Indústrias Matarazzo e Companhia Agrícola de Cotia eram alguma das jóias do Jaguaré.

Para promover a ocupação da área e garantir que os lotes despertassem interesse comercial, tornando viável o empreendimento, era preciso suprimir as carências do bairro e oferecer as condições necessárias para que a vida fosse funcional e de qualidade. Seria impossível pensar um bairro sem uma igreja católica, por exemplo. E também sem uma boa escola. Vem daí a doação do terreno à Congregação de Santa Cruz, para que os padres erigissem e administrassem a nova paróquia, bem como o acordo para que passassem a gerir o Externato Jaguaré, escola municipal de primeiro grau completo, hoje ensino fundamental, construída por Villares.

A paróquia São José do Jaguaré foi fundada em 19 de fevereiro de 1945. O Externato Jaguaré surgiu em 1946. Em 1948, iniciava-se a construção da igreja e também da residência dos padres, projetada pelo jovem arquiteto Vilanova Artigas, que anos mais tarde seria responsável por projetar o Estádio do São Paulo Futebol Clube, no Morumbi, e o prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, no Butantã.

Henrique Dumont Villares discorreu sobre o início das obras paroquiais no livro *Urbanismo e indústria em São Paulo*, publicado em 1946: “A um grupo de beneméritos religiosos canadenses, os padres da Ordem de Santa Cruz, com sede em Montreal, foi confiada a orientação religiosa da paróquia”, escreveu. “A Ordem de Santa Cruz caracteriza-se por serem os seus congregados, além de perfeitos religiosos, educadores eméritos, aptos à orientação social da juventude e dos adultos. No Centro Jaguaré, esses padres, na ampla área de terreno que a Empresa doou à Ordem de Santa Cruz, além da sua casa residencial, manterão um centro cívico e social: casa comunal para os moradores locais e um estabelecimento educacional.”

Ainda nos anos 1940, Villares doou à prefeitura uma quantia em dinheiro para ser empregada na construção de uma ponte sobre o Rio Pinheiros. A ponte ligaria o Jaguaré à Vila Leopoldina, garantindo o tráfego em direção à Lapa. A Imobiliária Jaguaré também doou ao município um amplo terreno de 150 mil metros quadrados — área equivalente à de 30 campos de futebol — para a construção de praças e equipamentos de lazer

próximos à ponte e ao rio. Esse aproveitamento do espaço nunca foi feito, nem na primeira administração de Prestes Maia, quando da doação, nem nas que vieram em seguida, deixando o terreno ocioso. Nos anos 1960 e 1970, ele seria ocupado por sem teto. No final dos anos 1980, a favela Vila Nova Jaguaré já era considerada a maior de São Paulo em área contínua, com uma população de pelo menos 12 mil pessoas.

Direitos humanos como missão

Padre Roberto ainda não tinha completado dois anos de moradia em São Paulo quando a cidade ganhou um novo arcebispo metropolitano, em 1º de novembro de 1970. Dom Paulo Evaristo Arns, frade franciscano natural de Forquilha, em Santa Catarina, ia para o quinto ano como bispo auxiliar em São Paulo quando o Papa Paulo VI o nomeou arcebispo. Já em 1971, Dom Paulo lançou a Operação Periferia: vendeu por US\$ 5 milhões o Palácio Pio XII, no Paraíso, até então residência oficial dos arcebispos de São Paulo, e usou o dinheiro para instalar mais de mil centros comunitários em regiões periféricas, alguns em imóveis adquiridos pela Igreja, outros construídos em sistema de mutirão ou improvisados em barracos de madeira. Nos anos seguintes, surgiram junto a esses centros dezenas de comunidades eclesiais de base. Em 1972, fundou a Comissão Justiça e Paz, voltada à denúncia em âmbito internacional das violações aos direitos humanos contra militantes políticos e ao amparo dos familiares de mortos e desaparecidos. E, em 1973, começou a formular um novo plano pastoral para a cidade.

Tal plano culminou na definição de quatro prioridades para a arquidiocese, cada uma objeto de uma nova comissão: (1) periferia, (2) comunidades eclesiais de base, (3) mundo do trabalho e (4) direitos humanos. Para dar forma à comissão de direitos humanos, Dom Paulo convocou Padre José Olívio Bedim, da região de Santana, na Zona Norte. Padre Bedim, por sua vez, convidou Padre Roberto Grandmaison para coordená-la.

Na opinião de Dom Paulo, faltava em São Paulo uma comissão dedicada à defesa dos direitos da população mais pobre e marginalizada, vítima tanto de grupos de extermínio quanto da negligência do poder público. Uma população que necessitava de orientação e amparo para exigir direitos fundamentais, como ônibus ou creche, e que, na totalidade dos casos, não tinha recursos sequer para constituir advogado em caso de grave violação.

Desde que chegara ao Jaguaré, em 1969, Padre Roberto convivia com os moradores do bairro, muitos deles em situação de vulnerabilidade social ou vítimas de perseguições, como alguns operários e sacerdotes. “Conheci dois padres ligados à JOC no Jaguaré que não podiam ser vistos em razão de sua militância política. Eu nunca tinha ouvido falar em padre clandestino”, lembra.

Filho de um operário, nascido em 1942 em Oka, um pequeno vilarejo na região metropolitana de Montreal, Padre Roberto chegou a tirar carteira profissional de metalúrgico em São Paulo e ia se matricular no Senai em 1972, aos 29 anos. Embora tivesse formação superior em teologia pela Universidade de Montreal, na qual ingressou já como seminarista após concluir o secundário no colégio Saint-Laurent, vinculado à Congregação de Santa Cruz, o envolvimento de Padre Roberto com a Ação Católica Operária (ACO), a Juventude Operária Católica (JOC) e, principalmente, o cotidiano na paróquia São José o instigaram a uma convivência ainda mais estreita com os trabalhadores. Mas o plano não prosperou.

Padre Roberto tornou-se vigário em seguida, já em 1974, e assumiu em 1976 a coordenação da Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados (CADH). “Essa comissão é pouco divulgada, mas ela é o berço de toda luta por direitos humanos na cidade”, conta o advogado Fermino Fecho, um dos 15 membros da Comissão montada por Padre Roberto e Padre Bedim. “Nossa estratégia era emplacar a pauta dos direitos humanos no plano pastoral da arquidiocese, o que obrigaria todas as dioceses da cidade a trabalharem com o tema. Fundamos, na época, 14 centros de defesa dos direitos humanos, e atuamos para que todos os párocos de São Paulo incorporassem a luta por água, saúde, creche, educação de qualidade, transporte, saneamento, moradia, e contra a truculência policial.”

Fruto dessa comissão, nasceria, anos depois, o Centro Santo Dias de Direitos Humanos, assim batizado em homenagem ao operário morto pela polícia durante uma greve, em frente a uma fábrica em Santo Amaro. O objetivo principal do Centro Santo Dias, num primeiro momento, foi justamente a defesa das vítimas de violência policial e suas famílias.

Dom Paulo costumava explicar de forma muito clara a importância de insistir nesses temas e articular a defesa dos direitos humanos da população mais vulnerável. “Mesmo depois de cair a ditadura, essa população vai continuar apanhando da polícia e sendo vítima de violações aos direitos humanos”, dizia.

A Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos incorporaria, pouco depois, o grupo Clamor, criado como peça de resistência contra a violação de direitos humanos nos países do Cone Sul, também imersos em ditaduras. Padre Roberto viveria ao menos um episódio memorável como membro do Clamor, já nos anos 1980. Na urgência de denunciar à comunidade internacional as práticas de tortura, sequestro e desaparecimento forçado por motivação política, o vigário do Jaguaré teve uma ideia.

— Vai ter um almoço no Hilton com o Trudeau — Padre Roberto informou aos colegas da comissão, referindo-se ao ex-primeiro ministro canadense Pierre Trudeau. — Podíamos entregar um documento com nossas reflexões sobre os direitos humanos e sobre a exploração dos países do Sul pelos países do Norte.

— Esquece. Como faríamos para entrar no almoço? — alguém replicou.

— Eu tenho um convite.

Padre Roberto colocou o relatório debaixo do braço e foi ao almoço. A história é contada no livro “Uma improvisação organizada”, no qual Gilles Sauvé, também padre de Santa Cruz, narra as ações de Padre Roberto no Jaguaré. Padre Gilles viveu por um tempo no Brasil, conviveu com Padre Roberto para a elaboração do livro e faleceu logo depois de seu lançamento, em 2012, já de volta ao Canadá.

“Roberto cumprimentou em francês o ex-primeiro-ministro e identificou-se como membro da Congregação de Santa Cruz, que lhe

era bem conhecida”, diz o texto. “Os guardas do ex-primeiro-ministro afastaram-se e Roberto pôde conversar cinco minutos com Trudeau, ressaltando a importância do documento preparado pelo grupo Clamor. O ex-primeiro-ministro leu na mesma hora o texto que lhe foi entregue. Em seu discurso, no final do almoço, ele evocou o documento. Dias depois, Roberto recebeu uma mensagem da Embaixada do Canadá agradecendo-lhe a intervenção.”

“Depois, acabaram-se as ditaduras”, lembra Padre Roberto. O pároco do Jaguaré deixou a Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos e o grupo Clamor em meados dos anos 1980. Tirou um período sabático para viajar e, ao voltar, embrenhou-se ainda mais no Jaguaré. Em 1987, decidiu se mudar para a favela.

Um missionário na favela

— Sai daí!

A apreensão era geral.

— Você é louco!

Havia uma rachadura de cima a baixo na parede da sala da casa de Padre Roberto. O inquilino olhava, esboçava uma cara de preocupação e sorria.

A moradora da casa vizinha, disposta alguns metros abaixo em razão do desnível no terreno, não continha a aflição:

— Sua casa vai despencar em cima da minha. Vamos morrer nós dois. Padre Roberto não se abalava, ou fingia não se abalar.

Por seis anos, Roberto morou ali. A parede jamais despencou.

Viver na favela foi uma decisão importante, que Roberto vinha maturando desde a década anterior e que ficara mais palpável a partir de 1984, quando a condução da paróquia São José foi assumida por Padre Lourenço.

Antes de fazer a travessia, no entanto, Padre Roberto passou uma temporada fora do Brasil. Tirou um período sabático em 1987 e foi conhecer

a realidade social em alguns países latino-americanos que viviam sob regimes autoritários ou, como o Brasil, tinham acabado de se livrar deles.

Primeiro, visitou El Salvador, onde o arcebispo e monsenhor Óscar Romero fora assassinado sete anos antes em razão de sua militância contra a miséria e a exploração econômica e das reiteradas denúncias que fizera de chacinas, torturas e desaparecimentos políticos. De lá, Padre Roberto viajou para a Nicarágua, mergulhada na revolução sandinista: “a primeira do continente a reunir cristãos e marxistas do mesmo lado”, segundo ele. Em seguida, foi para Cuba. “A ilha já sentia os dramáticos efeitos do embargo econômico liderado pelos Estados Unidos, mas ainda não acusava a miséria e a falta de perspectiva que se veriam após o fim da União Soviética”, anota.

Da América Latina, Padre Roberto viajou para Israel, Grécia e Roma, de férias. Ao voltar ao Brasil, com ânimo redobrado, consultou os colegas da Congregação:

— Estou pensando em fazer uma experiência pastoral na favela.

“O pessoal concordou e nós compramos a casa”, ele conta.

O passo seguinte foi organizar o Projeto Social Santa Cruz, que envolveria parte dos alunos, professores e pais de alunos do colégio e, anos depois, adotaria o nome de Programa Jaguaré Caminhos.

As primeiras atividades do Projeto Social Santa Cruz — conhecido informalmente nos primeiros anos como Projeto Social do Padre Roberto — foram pensadas com base numa consulta à população local. Acompanhado por Cláudio Rondello, professor de ensino religioso do Colégio Santa Cruz que acabava de assumir a coordenação do SAN, o braço social do colégio, Padre Roberto foi ao salão da comunidade Santa Luzia onde se reunia toda semana o clube de mães do Jaguaré, formado por mulheres da Vila Nova que se organizavam numa espécie de ateliê de bordado, costura e artesanato, e perguntou:

— De que forma a Congregação de Santa Cruz, o Colégio Santa Cruz e a Paróquia São José poderiam tornar-se mais presentes no serviço à população?

A resposta, unânime, foi para atuar no campo da educação, com aulas de reforço e, principalmente, com propostas pedagógicas capazes de estimular o interesse e a criatividade das crianças e evitar a evasão escolar.

A preferência da comunidade não poderia ser mais oportuna. Práticas educacionais estão no cerne da atividade da Congregação de Santa Cruz, não apenas no Brasil, mas em todos os países onde ela tem representação. Padre Roberto também não era nenhum iniciante no tema. No início dos anos 1970, ele havia coordenado um programa pioneiro de educação de adultos no Jaguaré, no qual chegou a supervisionar 53 turmas simultâneas, cada uma com dez alunos. O curso era fortemente influenciado pelo método Paulo Freire de educação popular, apesar de inscrito no programa oficial do governo militar, o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). O que se debatia nas salas de aula brotava da realidade e do conhecimento dos operários que trabalhavam nas 125 fábricas do bairro. A experiência durou dois anos. “Fui denunciado”, revela Padre Roberto. “Alguém parece ter comentado com um capelão da aeronáutica sobre as coisas que a gente discutia e a denúncia foi parar na Polícia Federal; e esse capelão ligou um dia para minha casa e disse: ‘Vai devagar’.”

A ação social

O tipo de trabalho social encampado por Padre Roberto era em tudo diferente do assistencialismo que prevalecia na relação estabelecida entre setores majoritários da Igreja e a população mais pobre até aquele momento. Essa inclinação viria a influenciar a maneira de pensar e agir do colégio em relação à ação social.

Desde a origem do colégio, havia iniciativas voltadas à promoção da cidadania e, numa primeira etapa, à caridade. Já na década de 1950, os padres Paulo e André conduziam um pequeno grupo de alunos voluntários à Praça da Sé, uma noite por semana, com a missão de servir sopa à população que vivia na rua, sempre em cooperação com a Organização do Auxílio Fraternal,

a OAF, instituição católica beneficente que ainda existe no Glicério. Mais tarde, nos anos 1960, Padre Ricardo organizava excursões de alunos ao litoral paulista para que eles conhecessem a realidade de uma comunidade caiçara.

Agora, a conjuntura exigia novas estratégias de ação. Na esteira do catolicismo mais atuante proposto no Concílio Vaticano II e na Conferência de Medellín — e que seria reforçado nos anos 1970 com as Comunidades Eclesiais de Base e a Teologia da Libertação —, expressões como caridade e auxílio começaram a ser substituídas pelas noções de promoção humana e superação da desigualdade. A população mais pobre — marginalizada, desassistida — passou a ser vista não mais como carente, mas em situação de vulnerabilidade social. Mais do que dar comida, abrigo ou agasalho, era preciso estimular a superação da vulnerabilidade, de preferência com base em instrumentos próprios e autogeridos.

Vem daí a reação de Padre Roberto à proposta, encaminhada por um grupo de mães e professoras do Colégio Santa Cruz interessadas em desenvolver um trabalho social na favela Vila Nova Jaguaré.

— Eu apoio totalmente o trabalho que o Colégio Santa Cruz vier a fazer aqui — Padre Roberto respondeu, numa carta, às vésperas de tomar o avião para seu ano sabático, em 1987. — Mas com duas condições: que vocês respeitem as lideranças locais e não façam um trabalho assistencialista.

“Essa carta foi muito importante”, diz Cláudio Rondello, recém nomeado coordenador do SAN.

Fazia muitos anos que o Colégio mantinha um departamento voltado à assistência social. Era o SAN, sigla de Serviço de Auxílio aos Necessitados, criado por alunos e professores nas primeiras décadas da escola. Quem frequentou o campus do Alto de Pinheiros quando ainda havia um córrego onde hoje está a Avenida Arruda Botelho lembra-se de levar agasalho para os barracos instalados à beira do córrego. Padre Cláudio Parent, professor de matemática e religião, era quem orientava esse envolvimento. Foi ele quem consultou os alunos sobre um nome para batizar a atividade. “Como vamos chamar o nosso trabalho?”. Uma das sugestões recebidas foi SAN. Além de formar uma sigla, remetia carinhosamente ao nome do colégio.

Por meio do SAN, diversas iniciativas surgiram nos anos seguintes. Algumas delas continuam fundamentais. Um serviço de documentação, elaborado por Padre Corbeil, continua a ser prestado numa casa na Rua São Bento do Sul, a mesma rua onde moram Padre Roberto e Padre José, próxima ao colégio. Embora o déficit de documentação em São Paulo tenha sido amplamente reduzido desde a criação do Poupatempo, o SAN continua sendo o único serviço da cidade a oferecer uma equipe de busca capaz de localizar e recuperar certidões de nascimento expedidas em pequenos cartórios nas cidades mais distantes, requisito para a solicitação do RG por quem já perdeu contato com seu local de origem. “Padre Corbeil dizia que o objetivo desse trabalho era resgatar a dignidade do ser humano”, lembra Cláudio Rondello. “Se alguém fosse encontrado morto na rua, sem documento, iria para uma vala comum. E bastava um protocolo do SAN no bolso para evitar isso.” No SAN, as fotografias são gratuitas, e há sempre pão com manteiga e café com leite à disposição.

Também a Festa Junina, no primeiro semestre, e a Feijoada da Primavera, no segundo semestre, são dois dos eventos beneficentes anuais mais importantes, realizados até hoje no colégio, por meio do SAN, com renda revertida para o projeto social do Jaguaré.

As mães e professoras que procuraram Padre Roberto com a intenção de desenvolver um trabalho na favela tinham feito um curso de atualização religiosa com o Padre Lourenço. Ao longo de algumas semanas, estudaram a obra do teólogo e cientista Teilhard de Chardin, um padre e intelectual francês que ousou combinar ciência e religião em sua vasta obra literária.

Naquela época, meados da década de 1980, Padre Lourenço era o vigário do Jaguaré. Mas, se o objetivo era desenvolver um trabalho social na favela, seria preciso consultar Roberto. “A gente tinha conhecido a favela pouco tempo antes”, conta Márcia Abbud, que fazia parte desse grupo e era professora de Ciências da sexta-série (atual sétimo ano do Ensino Fundamental). “Teve um desmoronamento, causado por uma chuva terrível, e Padre Lourenço nos pediu para ir até lá, dar uma força para as mulheres

e, principalmente, convencer os moradores das áreas de risco a irem para um abrigo que a prefeitura tinha improvisado no Ceasa.”

Desde então, Márcia passou a participar de reuniões semanais na paróquia, com lideranças da comunidade que se empenhavam em reivindicar direitos e infraestrutura para o bairro. A ideia de fazer uma ação sistemática na favela foi sendo estruturada, com o estímulo de Padre Lourenço.

Em 1987, enquanto Padre Roberto viajava pela América Latina, o grupo formado por Márcia e pela professora Suzana Cunha, juntamente com outras duas ou três mães de alunos que também fizeram o curso de Padre Lourenço, passaram a trabalhar com um grupo de 15 crianças e adolescentes do Jaguaré, em visitas semanais à Comunidade Santa Luzia. “Tinha criança de 3 anos, com chupeta na boca, e outras mais velhas, com 12 ou 13”, diz Márcia.

No início, as atividades eram improvisadas, à base de muito entusiasmo e pouca base teórica. As professoras procuravam o professor Gastone Rinaldi, de Artes, para descobrir os materiais de desenho e as técnicas mais apropriadas para trabalhar com aquela população, naquelas condições. Procuravam a professora Marília Morello, diretora do então curso primário, para pedir dicas de atividades pedagógicas. Em pouco tempo, outras mães ficaram interessadas em contribuir. Surgiu, assim, o clube de mães: grupo que se reunia semanalmente em oficinas de costura, bordado e artesanatos. Desses encontros saíam objetos para serem vendidos em bazares e na festa junina do colégio, oferecendo uma possibilidade de complemento de renda para essas famílias.

Em seguida, alguns alunos também demonstraram curiosidade e Márcia teve a ideia de convidá-los para participar. “Começamos com os alunos da sexta série, que eram meus alunos”, diz. “Era um trabalho optativo, mas que era abraçado por mais de uma dezena de voluntários. Chamávamos de Ação Comunitária. Alguns eram muito engajados; outros iam só para jogar bola com as crianças. Alguns morriam de medo de ser assaltados e, chegando lá, adquiriam outra visão das crianças da favela.”

Estabelecida a relação, às vezes ficava impossível definir quem estava ajudando e quem era ajudado. O assistencialismo havia sido suplantado

pela visão sistêmica da qual Padre Roberto não abria mão. Márcia conta: “O objetivo pedagógico central era instigar o olhar dos estudantes e fazer com que os alunos do colégio percebessem que as crianças da favela não eram trombadinhas. Isso a gente conseguiu.”

Além da recreação, os voluntários ajudavam na lição de casa, ofereciam reforço escolar, levavam lanche. Com base na consulta à comunidade, Padre Roberto sugeriu adaptar aquele espaço para que pudesse acolher uma creche, que recebesse crianças de 4 a 6 anos e que tivesse funcionamento diário, não apenas uma vez por semana como a visita do pessoal do colégio. Mãos à obra, o próprio Padre Roberto assumiu a tarefa de canalizar um córrego insalubre que corria ao lado do barraco de madeira, de um único cômodo, onde era feita a atividade semanal com o pessoal do colégio. No livro “Uma improvisação organizada”, Gilles Sauvé narra esse episódio:

“Ao lado desse barraco corria um riacho que fazia as vezes de esgoto a céu aberto. Roberto, com a ajuda de um morador da praça, cavou um canal para evitar que esse riacho inundasse a casinha. Ver o padre de sua igreja metido no esgoto até os joelhos, no fundo de uma vala de dois metros de largura, gerou muitos comentários da parte dos moradores da favela. Um espetáculo pouco usual para eles.”

Transformação para melhor

Com a presença incondicional de Padre Roberto e o apoio do Colégio Santa Cruz e da Congregação de Santa Cruz, a creche pôde ser aberta no início dos anos 1980, atendendo inicialmente 25 crianças. Pouco depois, foi oficializado o primeiro convênio do Projeto Social Santa Cruz com a prefeitura, por meio do qual a administração municipal se comprometia a reembolsar a maior parte dos recursos disponibilizados para a creche pelo Projeto Social. Com algum atraso e sem cobrir todas as perdas provocadas pela inflação, é verdade, mas o suficiente para tornar a creche menos dispendiosa para a Congregação, sua real mantenedora.

“A negociação com a prefeitura foi ainda mais facilitada, visto que o Colégio Santa Cruz, cujo envolvimento com o trabalho social da favela nunca suscitou dúvidas, gozava de excelente reputação”, afirma Gilles Sauvé em seu livro.

O Colégio funciona como inspiração e também como suporte financeiro para as ações socioeducativas propostas e geridas por Padre Roberto. Além disso, há recursos que vêm dos convênios firmados com a prefeitura via Secretaria da Educação e os que o projeto social recebe via Fumcad, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A ação comunitária continuou por muitos anos naquele e em outros locais vinculados à paróquia do Jaguaré, como a capela do Morro Continental, nos anos 1990, onde o padre organizou os moradores para conseguir um quilômetro de canos de água para o bairro. Essa ação contribuiu para a formação de inúmeros adolescentes do Santa Cruz para a ética e a cidadania, a ponto de, na virada do século, inspirar a introdução de uma disciplina de ética e cidadania no currículo do Ensino Médio — que permite aos alunos um semestre de estágio semanal como voluntários em alguma instituição da sociedade civil.

Padre Roberto se diz orgulhoso do impacto da ação social na trajetória pessoal e profissional das pessoas que se formaram no Santa Cruz. Arriscando parecer injusto por citar nomes, ele lembra Sérgio Haddad, ex-aluno que participou dos projetos de ação comunitária nos anos 1970 e, muito apropriadamente, acabou se tornando presidente da Abong, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. “Recentemente, fiquei sabendo de um filme chamado “O começo da vida”, que tem causado boa impressão, e me contaram que foi dirigido por uma ex-aluna que participou do Projeto Social Santa Cruz”, diz Roberto. “Isso é importante. Tem a ver com a transformação do mundo em que vivemos, uma transformação para melhor.”

Ao mesmo tempo, o Projeto Social cresceu. Em 1998, foi a prefeitura que tomou a iniciativa de procurar Padre Roberto para firmar convênio, agora para a administração do CEI Vila Nova, junto à porção mais vulnerável do bairro, colada à Marginal. Em seguida, um terceiro núcleo foi formado

junto à Praça Onze, e logo outro, na comunidade do Bom Jesus, cada um voltado para um público específico, com faixa etária e objetivos diversos. “Uma vez, conversando com Padre Corbeil, ele comentou comigo: ‘Padre Roberto, não seria o caso de fazer algo grande?’”, ele conta. “‘Não’, respondi. ‘Se o colégio quer fazer alguma coisa, eu prefiro três centros comunitários separados a um único centro de maior visibilidade. Assim, consigo atender às três comunidades distintas que existem dentro do Jaguaré. Tem gente de uma região que não entra na outra, entende?’”

Quando Fábio Aidar assumiu a direção geral do colégio, após a morte de Luiz Eduardo Cerqueira Magalhães, em 2010, convidou um grupo de professores para visitar a favela e conhecer o trabalho social desenvolvido por Padre Roberto. Muitos nunca tinham estado ali e não faziam ideia do que era o Projeto Social. Agora com o nome de Programa Jaguaré Caminhos, esse projeto chega a 2016 à frente de um complexo sistema educacional construído no bairro e assentado em seis diferentes locais, com mais de 800 crianças, adolescentes e jovens beneficiados e 90 funcionários contratados. “Com 90 funcionários, não pode mais ser improvisado”, diz Padre Roberto. “São 90 famílias que dependem de 90 salários.”

Foi também por iniciativa de Padre Roberto que o Jaguaré ganhou um Centro Educacional Unificado (CEU). Um amigo vereador assumiu o compromisso de batalhar recursos via emenda legislativa para a construção do prédio e ajudou a aprovar a desapropriação de uma área próxima à Avenida Jaguaré. Para isso, foi fundamental a mobilização da comunidade. “Conseguimos recolher 2.500 assinaturas em 15 dias”, lembra Padre Roberto. “A obra começou no ano seguinte e foi entregue seis anos depois.”

De certo modo, Padre José de Almeida Prado tem razão quando associa de maneira incondicional a figura de Padre Roberto à experiência na favela Vila Nova. “Tudo o que tem ali é obra direta ou indireta dele. Antes dele, não tinha nada. Nem centro comunitário, nem creche”, diz. “Padre Roberto foi um bom pároco, mas o trabalho como pároco não foi tão marcante ou visível quanto a busca por melhoria social e econômica dos moradores da favela. Você não encontra um trabalho em favela parecido com o dele.”

Rompendo a redoma

A relação entre Padre Roberto e o Colégio também ganhou qualidade com o tempo e vive hoje seu melhor momento. A convite do professor Fábio Aidar, Padre Roberto entrou para o Conselho Administrativo do Santa Cruz. Ali, o padre de bochechas rosadas e sotaque estrangeiro representa não apenas os religiosos da Congregação, mas também o Programa Social. Cabe aos membros do conselho, de caráter consultivo, discutir o orçamento, as prioridades, as urgências, tanto as pedagógicas quanto as estruturais. Os conselheiros opinam, respondem às questões apresentadas pela direção e dão o parecer sobre alguma proposta ou dúvida.

Foi por meio do Conselho, por exemplo, que Fábio Aidar pôde tirar do papel a construção de uma garagem subterrânea no colégio e a reforma do ginásio de esportes. Padre Roberto diz ter participado de cada decisão. “Foi decidido fazer a garagem com três andares porque a proposta é tirar todos os carros da área externa do colégio e ocupar esses espaços com propostas pedagógicas”, diz. Em seguida, segundo o padre, foi discutida a reforma do ginásio de esportes, que já tinha 35 anos, carecia de algumas modernizações, e poderia ser reformado com menos recursos aproveitando o canteiro de obras já estabelecido para a construção da garagem. “Sou filho de construtor”, lembra Padre Roberto. “Já trabalhei em construção e gosto de acompanhar obra. Acabei ficando amigo do engenheiro-chefe, que é pai de um aluno do colégio, e ele inventou de me chamar de fiscal”.

Padre Roberto Grandmaison também tem sido peça chave no processo de fusão quase concluído entre o distrito dos padres de Santa Cruz e o distrito dos Irmãos de Santa Cruz. Os dois grupos têm a mesma origem e sempre foram filiados à mesma administração geral, mas cada um responde a uma província e seguiu uma trajetória específica no Brasil. Os padres de Santa Cruz, filiados à província canadense, administram o Colégio Santa Cruz e a entidade de interesse social Jaguaré Caminhos e tinham até recentemente como superior o Padre Laudeni Ramos Barbosa. Os irmãos de Santa Cruz, filiados à província americana, administram o Colégio Notre Dame, em Campinas, o Colégio

Dom Amando, em Santarém, além da entidade social Secoia, e tinham até recentemente como seu superior o irmão Nilto Neres de Oliveira, de Campinas, atualmente Superior do Distrito dos Religiosos de Santa Cruz no Brasil. “É natural que isso acontecesse”, diz Roberto. “Temos em torno de oito padres e mais de 20 irmãos hoje na Congregação de Santa Cruz. Há dificuldade de renovação entre os padres. Teríamos problemas daqui a pouco.”

O desafio, num momento de fusão administrativa que sucede a união canônica, já efetivada, é ajustar o leme com temperança para que as semelhanças de projeto não suplantem as diferenças na hora de dar o tom na relação entre as duas entidades. “É preciso, entre outras coisas, ajustar a intensidade com que a atividade religiosa é incorporada ao cotidiano de cada escola e também a natureza da ação social em cada projeto pedagógico”, diz o pároco do Jaguaré. “Temos de acomodar duas tradições diferentes, inclusive com a unificação do CNPJ. Fundir dois conceitos e duas maneiras de trabalhar sem deixar que isso abale ou comprometa a personalidade de cada colégio e cada comunidade.”

Ao longo de todos esses anos, a parceria com o colégio fez Padre Roberto mudar a opinião que tinha em 1968, quando declinou do convite de Padre Corbeil para permanecer no Santa. “O Colégio historicamente atende a um público favorecido, mas sempre houve o interesse em abrir a escola, em romper a redoma”, pondera.

Hoje, Colégio e Projeto Social vivem em permanente colaboração. “Juntos e dois, com um acordo íntimo, como a mão direita e a esquerda”, à semelhança da amizade entre o guardador de rebanho e o Menino Jesus no poema de Alberto Caieiro. “Ele se rendeu”, diz Padre José. “Podemos afirmar que Padre Roberto admira profundamente o colégio.”

“É recíproco”, responde emocionada a comunidade do colégio.

Série “Santa Cruz de perfil”

Projeto Editorial:

Fábio Luiz Marinho Aidar Jr.

Cristine Conforti

Alejandro Miguez

Redação:

Camilo Vannuchi

Projeto Gráfico:

Fabiana Fernandes

